

Aconteceu

ROMARIA DA TERRA

Milhares de trabalhadores discutiram, no Rio a Reforma Agrária e a união dos oprimidos. (Última página)

ITAGUAÍ(RJ) — João Cerqueira



Na chegada ao Mutirão Sol da Manhã, ao final da romaria, os trabalhadores ouviram música e discursos.

**Yanomami recebe
prêmio da ONU
(Pág. 6)**

**Constituinte devolve
poderes ao Legislativo
(Pág. 3)**

**Continua a greve dos professores no Rio e Paraná
(Págs. 11 e 12)**

Acordo pode transferir decisão sobre dois turnos em novembro

Começou a ser articulado dia 22 um acordo de lideranças na Constituinte, afim de que o princípio dos dois turnos para as eleições municipais seja votada nas Disposições Permanentes, ficando para as Disposições Transitórias a decisão se o pleito deste ano seguirá a norma ou será exceção. Além do PFL, o PDT e CPT também decidiram votar contra os dois turnos. O PSDB insiste na adoção do princípio, apesar de concordar em deixar para as Disposições Transitórias a definição da regra do jogo para a eleição de novembro próximo.

O acordo, fechado entre o próprio Ulysses, o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, o líder do PFL, deputado José Lourenço, e o deputado José Lins (PFL-CE), necessariamente não determina a supressão dos dois turnos, que só poderá ser derrubado no plenário por 280 votos.

Pressão

Não foi só a posição do PFL que fez o presidente Ulysses Guimarães defender a fórmula de abrir questão na bancada do PMDB. Ulysses recebeu telefonemas dos

governadores de Minas Gerais, Newton Cardoso, e de São Paulo, Orestes Quércia, contra a adoção do princípio no pleito deste ano. "A proximidade das eleições faz com que muitos companheiros mudem de posição", admitiu o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, que, apesar de ser a favor dos dois turnos, reconhece que "nos municípios esse princípio não é tão importante quanto na eleição presidencial".

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) disse que o seu partido, mesmo sendo favorável aos dois turnos, votará contra. "Estão querendo transformar um princípio democrático num casuismo, ao estabelecer que apenas nos municípios com mais de 200 mil eleitores a eleição será em dois turnos", argumenta. Delgado admitiu, entretanto, que a posição do PT poderá mudar em função das negociações.

O deputado José Lins informou que o PFL poderá apoiar as emendas que limitam a eleição em dois turnos aos municípios com mais de 200 mil eleitores caso o partido não consiga um acordo para suprimir a questão, pelo menos das eleições deste ano. (JB - 23/08/88)

Bomba atômica é proibida na Constituição

A Constituinte decidiu dia 17 que toda atividade nuclear exercida no Brasil só será admitida para fins pacíficos, proibindo dessa forma a fabricação da bomba atômica no país. O ministro da Marinha, al-

mirante Henrique Sabóia, disse que a decisão da Constituinte não afetará qualquer projeto na sua área. "Não possuímos nem pretendemos possuir qualquer artefato bélico nuclear", declarou. (JB - 18/08/88)

Aconteceu
No. 468 - agosto de 1988
CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria M. sagão Ribeiro
Xico Teixeira

Coordenador:
Jether Pereira Ramalho

Editor
Xico Teixeira
Editora assistente
Ligia Dutra
Composição
Katia Simões
Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Congresso recupera poderes que regime militar tirou

A Constituinte decretou o fim da submissão do Legislativo e dos efeitos do presidencialismo imperial, provocados pelo movimento militar de 1964 e reforçados pela Constituição de 67. Vinte e um anos depois de haver perdido as prerrogativas conquistadas em 1946, o Congresso volta a poder decidir sobre matéria financeira, cambial e monetária, e dispor sobre o sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

Caberá agora ao Congresso fixar e modificar o efetivo das Forças Armadas, dispor sobre o plano plurianual de desenvolvimento, estruturar ministérios e legislar sobre os limites de emissão da moeda. "Não seremos mais um poder cabisbaixo, incapaz de modificar o orçamento que chegava aqui todo ano", comemorou o deputado José Costa (PMDB-AL), depois da votação.

Apreciação

Ao aprovar definitivamente os artigos referentes às atribuições do Legislativo, a Constituinte estabeleceu que nenhum programa atô-

mico se fará neste país sem antes passar pelo Congresso Nacional. Nenhuma concessão ou renovação de canal de rádio ou televisão, instrumento de negociação política durante todos os governos militares, se fará agora sem apreciação do Legislativo. E mais: promulgada a Constituição, não existirá decreto-lei, que nos últimos 24 anos roubou a função legislativa do Congresso e a transferiu para o Executivo. Com isso, está extinto o "decurso de prazo", dispositivo utilizado pelo governo para fazer com que um decreto-lei seja aprovado automaticamente, caso o Senador e a Câmara não o votem em tempo hábil.

O Congresso ganhou novamente a prerrogativa de examinar o orçamento e definir sobre as prioridades dos gastos governamentais. O presidente da República perdeu o poder de nomear todos os seus assessores. Em diversos casos, ele dependerá da aprovação do Congresso, e caberá ao Senado concordar ou não com as indicações para os cargos de procurador-geral da República, presidente e diretores do Banco Central.

(JB - 24/08/88)

No 1º. dia falhou o "esforço concentrado"

Apenas 246 parlamentares acionaram os terminais eletrônicos de votação no primeiro dia de "esforço concentrado" (dia 22) convocado pelo presidente do Congresso constituinte para acelerar as votações em segundo turno do projeto da nova Carta. Com a insuficiência de quórum para retomar os trabalhos (são necessários 280 constituintes), Ulysses Guimarães encerrou a sessão, convocando outra para o dia seguinte.

"Lamentamos o ocorrido, mas vamos compensar isso com as sessões que faremos de manhã, de tarde, se for preciso até de noite", disse Ulysses ao deixar o plenário. Segundo ele, compareceu "um número significativo de constituintes, levando-se em conta que é uma segunda-feira".

Os líderes partidários voltaram a se reunir depois do encerramento da sessão, para retomar as negociações sobre os destaques (emendas votadas isoladamente) ao projeto

constitucional. Até o início da sessão, as negociações tinham atingido o capítulo "Do Poder Executivo".

Os acordos fechados pelas lideranças neste Título garantiram a manutenção dos seguintes pontos: competência exclusiva do Congresso Nacional para "aprovar iniciativas do Poder Executivo referente a atividades nucleares"; "apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão"; "escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União".

Entre os assuntos de competência exclusiva do Senado, os acordos garantiram a prerrogativa de "autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios" e "fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos Municípios".

Índios têm nova vitória e plenário aplaude

No último dia 18 de agosto, os índios obtiveram uma nova vitória nas votações da Assembleia Nacional Constituinte. Através da aprovação de uma emenda do constituinte Domingos Leonelli (BA), foi suprimido o inciso V do art. 26 do Projeto de Constituição, que incluiria entre os bens dos Estados as terras dos extintos aldeamentos indígenas.

Essa foi a única emenda supressiva referente ao Capítulo "Dos Estados Federados" nas votações do segundo turno. A emenda obteve 367 votos favoráveis contra apenas 3, atingindo 99% dos votos dos constituintes presentes naquela sessão.

Caso permanecesse no texto constitucional, o dispositivo suprimido implicaria na transferência para o patrimônio dos Estados de todas as terras que há haviam sido utiliza-

das no passado para assentamentos de índios, além de consagrar a anacrônica figura jurídica dos aldeamentos indígenas extintos na futura Constituição. Seriam prejudicados alguns grupos indígenas que ainda hoje ocupam ou reivindicam partes dessas áreas, mas também seriam atingidos, indiscriminadamente, proprietários rurais e urbanos, municipalidades inteiras que se constituíram a partir desses antigos aldeamentos e outras propriedades da União.

Com a supressão do inciso V do art. 26, fica praticamente definido o texto constitucional referente aos direitos indígenas, constituído de oito dispositivos isolados, o capítulo específico "Dos Índios" e de um artigo que integra as "Disposições Transitórias". (Márcio Santilli - especial para o Aconteceu)

Como foi a votação

Um grupo de índios Caiapó acompanhou a votação nas galerias e foi aplaudido de pé pelo plenário, depois da aprovação quase unânime da emenda supressiva do Deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA).

Ao defender a aprovação de sua proposta, Leonelli explicou que ela beneficiaria não só os índios mas todos os proprietários que se instalaram nos aldeamentos, áreas que no passado foram utilizadas para fixação de tribos remanejadas de suas terras originais. Segundo ele, a difícil adaptação dos índios nos aldeamentos levou à extinção de algumas tribos e poucos ainda vivem nessas áreas. O repasse dessas terras à custódia do Estado, acrescentou, poderia estimular a expulsão e até o assassinato dos remanescentes indígenas por pes-

soas inescrupulosas interessadas em reivindicá-las.

Na prática, os aldeamentos onde ainda existem índios ficam agora definidos como bens da União e os demais permanecem intocáveis quanto à propriedade.

Índios Caiapó chegaram cedo ao Congresso para acompanhar a votação. Reunidos no auditório do gabinete da Liderança do PMDB, eles cantaram hinos de guerra e de esperança. A organização dos Caiapó, que desfilaram pelos corredores do Congresso até às galerias com seus trajes típicos, chamou a atenção do Presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, que interrompeu a votação para elogiar o comportamento deles. (O Globo - 19/08/88)

Ticuna: livro lança campanha de apoio

O livro: "A lágrima ticuna é uma só" - que denuncia o massacre da tribo amazonense do Alto Solimões, em 28 de março, quando foi atacada por madeireiros da região - causando 14 mortos e 22 feridos entre índios, foi lançado dia 18 no Congresso Nacional, marcando o início da campanha nacional de solidarieda-

de aos índios.

O livro relata a perseguição, com depoimentos dos índios e mostrando parte do inquérito, com reconhecimento de culpa. Os representantes dos Ticuna temem que a Justiça sofra pressão dos madeireiros, e por isso decidiram pela campanha. (O Globo - 19/08/88)

Governo reduz em 70 por cento e desmembra território Yanomami

No dia 19 de agosto, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, anunciou a decisão, que teria sido tomada pelo grupo interministerial responsável pela demarcação das terras indígenas, de demarcar a área ocupada pelos índios Yanomami, numa extensão de mais de 8 milhões de hectares nos estados do Amazonas e de Roraima.

Após a análise das informações divulgadas pelo presidente da Funai, a CCPY vem a público para denunciar o seguinte:

1) A extensão efetivamente demarcada como terra indígena seria de apenas 2.435.215 ha, o que representaria menos de 30 por cento das terras tradicionalmente ocupadas pelos Yanomami.

2) Além disso, trata-se da demarcação de um conjunto de 19 áreas descontínuas, retalhando a unidade do território Yanomami e comprometendo a forma histórica de ocupação e de reprodução social desse povo.

3) O ato anunciado destina mais de 70 por cento do território Yanomami a constituição de duas áreas de "Florestas Nacionais" e de um "Parque Nacional", criando deliberadamente uma multiplicidade de situações legais que, a pretexto de protegerem o meio-ambiente ("cinturões verdes") deverão viabilizar a exploração em larga escala dos recursos naturais existentes naquelas áreas.

4) Consta, ainda, do noticiário da imprensa, que partes do território Yanomami seriam destinados a atividade do garimpo, institucionalizando a presença ilegal de invasores.

Portanto, a decisão anunciada como sendo um ato histórico da política indigenista, constitui-se num embuste contra os Yanomami e contra a opinião pública nacional e internacional, que há muitos anos reclamam pela criação do Parque Yanomami em toda a área ocupada tradicionalmente pelo grupo. Além disso, constitui-se num flagrante desrespeito aos termos da nova Constituição, segundo os quais a área Yanomami equivaleria aproximadamente aos 9 milhões de hectares contínuos delimitados pela portaria interministerial N. 1817/E de 8 de janeiro de 1985.

Diante disso, a CCPY tomou a iniciativa de informar as autoridades responsáveis sobre o esbulho territorial pretendido, apelando para que o presidente da república e os ministros do Interior, da Reforma Agrária e da SG do CSN, não ratifiquem a decisão genocida que teria sido adotada pelo grupo interministerial e adotem as providências necessárias para a retirada dos milhares de garimpeiros que ocupam ilegalmente o território Yanomami.

(CCPY - Comissão pela Criação do Parque Yanomami / São Paulo, 23/08/88)

OAB contesta uso de lei dos estrangeiros para índios

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Pará, José Carlos Castro, acusou dia 15 o Procurador regional da República no Pará, Paulo Rúbio Meira, de incompetente por ter apresentado denúncia com base na lei de estrangeiros contra os índios Paulinho Paiakan e Kube Kayapó.

- Ele confunde indígena com alienígena - disse Castro.

O Procurador pediu o enquadramento dos dois índios e do antropólogo americano Darrel Addison Posey, que é pesquisador do Museu Emilio Goeldi, no artigo 125 da Lei 6.815, que prevê prisão e expulsão do País para estrangeiros que se manifestam sobre polí-

tica interna ou assuntos de interesses do Brasil.

Os três são acusados de, durante a realização do seminário Manejo Adequado de Florestas Tropicais, promovido pela Internacional Association of Defense of Nature em Miami em janeiro deste ano, terem dito que, com a construção das hidrelétricas de Babaquara e Kararaó, no Rio Xingu, várias aldeias indígenas serão inundadas e uma grande parte da floresta amazônica destruída, causando sérios danos ao equilíbrio ecológico da região.

Eles teriam repetido as denúncias a membros do Congresso e diretores do Banco Mundial, do Departamento de Estado e do Tesouro americanos.

(O Globo - 16/08/88)

Davi Yanomami recebe prêmio da ONU

O Comitê Especial do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNEP) concedeu a Davi Yanomami a distinção de integrar a lista de personalidades do prêmio Global-500, versão 1988. A nomeação de Davi se soma a outras 91 concedidas no ano passado a personalidades de todo o mundo que representam a defesa das condições de vida para o futuro do planeta, entre elas um líder dos seringueiros do Acre, Chico Mendes.

A notícia da premiação de Davi foi comunicada ao Governo brasileiro pela direção da UNEP em Nairobi (Quênia) no dia 28 de abril, mas estranhamente a notícia não

foi divulgada e o próprio Davi Yanomami, que é funcionário da Funai, órgão do governo, em Roraima, não foi informado.

O prêmio "Global-500" foi criado em 1987 para comemorar os quinze anos de existência do Programa da ONU para o Meio-Ambiente e pretende indicar 450 pessoas até 1991.

Segundo o diretor do programa, Sr. Mustafa Tolba a premiação visa distinguir pessoas que estão fazendo grandes esforços pela defesa do meio-ambiente saudável, do qual depende a qualidade de suas vidas.

Quem é Davi Yanomami

Trinta e quatro anos, nascido em Toototobi, no coração do território Yanomami, chamado Kopenawa (Marimondo, sinal de valentia), Davi aprendeu português com missionários das novas tribos que trabalhavam com grupos de contacto recente na região. Presenciou o desaparecimento de boa parte dos parentes de sua esposa, vitimados por doenças trazidas pelos trabalhadores que construíram a Rodovia Perimetral Norte, cortando suas terras, no início dos anos 70. Ingressou nos quadros da Funai e acompanhou como intérprete, por 10 anos, "frentes de atração" de outros índios considerados pelo órgão oficial como "arredios".

Trabalhou também em várias aldeias Yanomami acompanhando equipes de saúde. Atualmente, é chefe do posto indígena da Funai no Demini, no centro do território Yanomami, onde é genro do velho líder tradicional, com o qual se formou Xaman, isto é, líder espiritual.

Desde que houve a grande invasão garimpeira do território Yanomami, em 1987, Davi Kopenawa tem se destacado pela defesa do território do seu povo e pela luta

Claudia Andujar



Davi Yanomami

junto as autoridades federais pela criação do Parque Yanomami e pela retirada dos garimpeiros. Com isso, passou a receber ameaças de morte da parte dos empresários do garimpo. Nesse contexto, foi indicado pelo Núcleo de Cultura Indígena da UNI (União das Nações indígenas) com apoio da Comissão pela criação do Parque Yanomami (CCPY) para receber o prêmio da UNEP/ONU como personalidade mundial na luta pela defesa do meio-ambiente.

Solidariedade desafia governo e amplia greves na Polônia

Associated Press-2/1/1988

Ignorando os apelos do governo do general Wojciech Jaruzelski, o sindicato proscrito Solidariedade decretou dia 22 greve nos estaleiros Lênin, em Gdansk, cidade portuária no norte da Polônia. A notícia da paralisação dos estaleiros, onde o Solidariedade surgiu em 1980, repercutiu em todo o país. Outras oito greves foram deflagradas. No total, são pelo menos 60 mil trabalhadores parados em sete cidades polonesas.

Em Gdansk, a greve nos estaleiros teve a adesão completa dos seus 12 mil empregados. Cerca de 8 mil estão acampados no seu interior. Entre eles está o dirigente do Solidariedade, Lech Walesa, que trabalha como electricista na fábrica.

Forças policiais rapidamente cercaram o local, recebendo vaias de curiosos e parentes dos grevistas. Como provocação, os trabalhadores começaram a trocar beijos com seus familiares através das grades.

Dizendo-se confiante, Walesa informou que o movimento grevista na Polônia passou a ter, a partir do dia 22, apenas uma reivindicação: a legalização do Solidariedade.

"Sei que é um sacrifício. Mas peço que os grevistas sacrifiquem as outras exigências e peçam somente a legalização do nosso sindicato. Depois nós cuidamos dos problemas salariais e de condições de trabalho", afirmou Walesa. As oito greves deflagradas obedeceram a essa orientação.

Pararam, além dos estaleiros Lênin, 3 mil estivadores de Gdansk e 500 empregados de



Walesa agora quer pressão sobre o governo

um porto próximo a essa cidade; mil ferroviários em Szczecin (no norte polonês); 2 mil dos 18 mil metalúrgicos de Stalowa Wola (sudeste); mil funcionários de uma fábrica de motores para navios em Poznan (leste); 500 metalúrgicos e 500 trabalhadores do setor de transportes em Varsóvia; e 500 ferroviários em Wrocław (sudeste do país).

Já estavam em greve 35 mil mineiros de 15 minas de carvão nas cidades de Jastrzebie, Katowice e Kaczyce (sudeste) e 2 mil estivadores e 2 mil funcionários dos transportes públicos em Szczecin.

Toque de recolher atinge 3 cidades

O governo Polonês decretou no final do dia 22 toque de recolher em Szczecin, Katowice e Gdansk, os três pontos centrais da greve comandada pelo Solidariedade. A decisão foi tomada depois que o apelo por negociações do dirigente Wojciech Jaruzelski não teve repercussão.

As propostas de Jaruzelski só conseguiram a suspensão de duas pequenas greves, a dos estivadores do porto próximo a Gdansk e a no setor de transportes em Varsóvia.

O governo ordenou também a intervenção da polícia antichoque - Zomo - em quatro cidades. Os policiais cercaram os estaleiros Lênin, em Gdansk, e a siderúrgica em Stalowa Wola e invadiram as garagens de ônibus em Szczecin, onde estavam acampados 1.100 grevistas.

Em Varsóvia, os zomo impediram a decretação de greve na fábrica de tratores Ursus. Pelo menos dez membros do Solidariedade foram presos na fábrica. (Folha de São Paulo - 23/08/88)

Acontecendo

Bar Brasil

O Ministério da Administração não sabe quantos servidores públicos tem no Brasil.

Mas a Secretaria da Receita Federal sabe de cor e salteado o número de contribuintes. (Informe JB - 21/08/88)

Brasil suporta

Embora discorde das seis horas para turno de trabalho ininterrupto e da licença-maternidade de 120 dias, Antônio Ermírio de Moraes acha que as empresas suportarão as conquistas trabalhistas do novo texto constitucional.

"Quando as leis trabalhistas de Getúlio Vargas vieram, todo mundo gritou. Mas o Brasil continuou crescendo. Agora vai acontecer o mesmo", diz. (Painel FSP - 20/08/88)

Mais um ponto

Os ministros da área econômica foram dia 19 informados de que a inflação de agosto ficaria entre 20 e 21%.

É um ponto a mais que o previsto quinta-feira, quando o IBGE havia tabulado apenas os resultados do Rio e São Paulo. (Painel FSP - 20/08/88)

Desespero

Um candidato a vereador de São Paulo pelo PSDB lançou mão dia 19 de uma proposta curiosa para a definição do nome do novo candidato à Prefeitura paulistana pelo partido.

Nome proposto: André Franco Montoro Filho.

Com isso, o material de propaganda pronto com o nome de Montoro não vai para o lixo. (Painel FSP - 20/08/88)

Efeito boliche

Os "tucanos" que pressionam Mário Covas para concorrer à sucessão paulistana argumentam que, elegendo-se, o senador prestaria um imenso serviço ao PSDB, porque eliminaria quatro concorrentes à Presidência da República.

A saber: Jânio, Maluf, Ulysses e Quéricia.

Esqueceram de incluir na lista o próprio Covas. (Painel FSP - 20/08/88)

Estragos dos "trens"

A folha de pagamento do Congresso Nacional creceu tanto que, em 1989, chegará a 50% do que gastará o Exército com seus servidores civis e militares.

A informação está nas cifras não divulgadas do orçamento para o ano que vem, e reflete o peso, no bolso dos contribuintes, dos sucessivos "trens da alegria" no Senado e na Câmara. (Painel FSP - 21/08/88)

Colheita

O miniprodutor rural José Sarney está apostando, alegremente, nas boas perspectivas da soja brasileira.

No seu sítio de São José do Pericumã, o presidente constrói um grande galpão para armazenar sua colheita.

Sexta-feira, chegaram ao Pericumã cinco caminhões de asfalto e brita. As obras estão aceleradas. (Canal 3/Estadão - 21/08/88)

Animador

O ministro dos Transportes, José Reynaldo Tavares, criou um estilo.

Em toda solenidade de que participa, posta-se ao pé do ouvido do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. E consegue fazê-lo morrer de rir.

Na situação em que se encontra a economia nacional, trata-se de verdadeira proeza. (Canal 3/Estadão - 21/08/88)

Quemadobil

O verde Carlos Minc, no sábado, dia 20 foi visitar o Centro Tecnológico de Resíduos (Centres), em Queimados, na Baixada Fluminense, onde cerca de dois mil toneladas de resíduos tóxicos estão amontoados sem qualquer cuidado.

Encontrou cinco trabalhadores desqualificados lidando com lixos que variavam de ascarrel a sal de cianureto, sem luvas e calçando sandálias japonesas. Nos quatros hectares, que ficam a cinco minutos da Rodovia Presidente Dutra - e com uma lagoa e riachos que atravessam fazendas vizinhas - não há uma piscina impermeabilizada para receber o material. (Informe JB - 22/08/88)

ndeciso

O presidente José Sarney não anda sabendo muito bem o que fazer da vida.

Na quinta-feira à noite, dia 18 decidiu que viajaria ao Rio na segunda-feira, dia 22 para inaugurar a 21 Feira Nacional de Informática.

Na véspera desistiu. (Informe JB - 20/08/88)

logo de cena

Do governador Miguel Arraes sobre declaração feita pelo deputado Ulysses Guimarães ao jornal Diário de Pernambuco, admitindo a possibilidade de ter o governador pernambucano como vice de sua chapa:

- Onde estou, estou muito bem - disse Arraes. - Não vou sair daqui para ser vice-presidente.

E completou:

- Nem presidente.

Casuísmo petista

Por trás da "balançada" do PT sobre a aprovação dos dois turnos nas eleições municipais está o interesse de chegar à Prefeitura de algumas capitais e de cidades paulistas.

O PT acha que, no segundo turno, partidos conservadores se unirão para derrotar o candidato petista. (Painel FSP - 21/08/88)

Abaixo-assinado

A Igreja prepara chumbo grosso contra "A Última Tentação de Cristo", o filme do norte-americano Martin Scorsese: em algumas escolas religiosas de Brasília, pais de alunos estão sendo chamados a participar de um abaixo-assinado que será entregue ao ministro da Justiça, Paulo Brossard.

A Igreja quer manter a "Tentação" nas prateleiras. Como fez com "Je Vous Salue, Marie", do francês Jean-Luc Godard. (Canal 3/Estadão - 20/08/88)

Data marcada

Waldir Pires só ingressa no PSDB depois das eleições de novembro. (Painel FSP - 21/08/88)

Malvadeza

Há um espião de Antônio Carlos Magalhães seguindo todos os passos do governador baiano Waldir Pires.

Waldir não fica em paz nem quando viaja a outros Estados.

O espião anota detalhes das andanças do governador e passa para o jornal de Antônio Carlos, em Salvador. (Painel FSP - 21/08/88)

Remédio amargo

Receita radical do deputado Franco Kuster (PSDB-SP), um dos campeões de presenças na Constituinte, para forçar os parlamentares gazineiros a trabalharem:

- Os eleitores devem enxotá-los de seus municípios para Brasília. Quando tivermos quorum então, acorrentamos todos aqui. (Informe JB - 20/08/88)

Mentirinha

O candidato a vereador pelo PSB-RJ, o advogado Raimundo Teixeira Mendes, confessou a um amigo que sua candidatura é de mentirinha.

Está esquentando o lugar para ceder a vaga a Jó Rezende, caso ele venha a desistir de ser candidato a prefeito pelo partido. (Informe JB - 22/08/88)

Óbulo

O senador Paulo Bisol, do PMDB gaúcho, andou namorando o PT.

Desistiu quando soube que cada parlamentar tem que destinar uma parcela polpuda do salário para os cofres do partido. (Informe JB - 21/08/88)

Opção

Do professor Mário Henrique Simonsen, numa roda de economistas em que se discutia qual dos dois presidenciáveis americanos - Michael Dukakis ou George Bush - era melhor para a economia brasileira:

- Qualquer um é melhor do que o Reagan. (Informe JB - 21/08/88)

Gabriela desmente discriminação no Iser

O ISER - Instituto de Estudos da Religião - enviou uma carta à redação da Folha de São Paulo pedindo a retificação da matéria publicada no dia 13 de julho sob o título "Prostitutas brasileiras começam a se organizar". De acordo com a direção do instituto, a matéria foi deturpada e, para demonstrar essa afirmação, anexaram uma carta da coordenadora do programa Prostituição e Direitos Civis do ISER, contestando a interpretação do repórter dada à sua entrevista e que acabou sendo assim publicada na Folha de São Paulo.

Eis a íntegra da carta de Gabriela Silva Leite:

Algumas poucas palavras acerca da matéria publicada na Folha de São Paulo de 31 de julho, sob o título "Prostitutas Brasileiras Começam a se organizar". Agradeço o destaque dado ao nosso movimento, mas sou forçada a fazer algumas ressalvas.

O seu jornalista transformou detalhes de uma conversa informal em matéria pública. Fêz isto sem o meu conhecimento e sem a minha autorização. Considero isto uma falta de respeito.

Desejo ainda, na qualidade de Coordenadora do Programa Prostituição e Direitos Civis do ISER, esclarecer um aspecto importante da notícia publicada: as discriminações que sofri quando entrei na equipe resultaram de pro-

blemas com pessoas e não com a Instituição em si, o que seria contraditório, já que fui convidada a integrar aquela equipe. Problemas do gênero aconteceriam em qualquer instituição que eu conheço, uma vez que me assumo enquanto prostituta.

Quando ao fato de meu programa funcionar em prédio separado, origina-se de escolha minha, por razões funcionais, em acordo com a direção do ISER. No mesmo imóvel, e igualmente por escolha dos coordenadores, funcionam outros programas do ISER e mais duas instituições. Estes detalhes são importantes para mim porque tenho fortes ligações afetivas pelo ISER e não quero vê-lo estigmatizado na grande imprensa, uma vez que foi nessa instituição que consegui e consigo levar adiante o trabalho de organização de prostitutas; por intermédio do programa o qual coordeno. Preconceitos e discriminações existem em todos os segmentos sociais e lutar contra eles é tarefa de todos nós na luta pela democracia.

Peço portanto que publiquem esta carta integralmente.

Grata, mais uma vez, pelo apoio que tenho recebido da Folha de São Paulo, envio-lhes meus abraços cordiais,

Atenciosamente,

Gabriela Silva Leite Coordenadora do Programa Prostituição e Direitos Civis.

Mec quer dois mil professores

O segundo período letivo das Universidades públicas brasileiras começa em clima de crise, devido a um déficit de aproximadamente de 2 mil professores. O Ministério da Educação já solicitou do Governo a contratação emergencial de 1.200 professores, mas o Ministério do Planejamento está colocando objeções para liderar as novas contratações, em face das restrições impostas pelo Decreto 95.682.

- O Ministro João Batista está sendo míope com relação a esta situação - afirmou o Secretário Geral do Ministério da Educação, Luiz Bandeira.

Na mesa do Ministro João Batista de Abreu estão engavetados 15 mil pedidos de contratações e a abertura de uma exceção para o MEC, a seu ver, abrirá um precedente que obrigará o Governo a ceder às pressões dos demais Ministérios. (O Globo - 11/08/88)

Continua a greve dos professores no Paraná

Cerca de cem professores da rede estadual de ensino continuam acampados na Assembléia Legislativa do Paraná em protesto contra a falta de diálogo com o governador Álvaro Dias. Os professores estão em greve desde o dia 6 reivindicando piso salarial de oito salários mínimos de referência e reposição salarial de 54%. O governador no dia 17 afirmou que não haverá diálogo com os professores, porque "o Paraná é o único estado que está pagando corretamente a URP.

O governador Álvaro Dias, além de garantir que não pagará os dias parados, ameaçou os professores afirmando que "as faltas tam-

bém pesarão no currículo na hora em que os professores quiserem avançar dentro da carreira". No entanto, Álvaro Dias descartou a possibilidade de demissões: "Não vamos pensar nisso, por enquanto".

Dentro da assembléia, que novamente não teve sessão por falta de quórum, os professores leram jornais nacionais e afirmaram ter conseguido quebrar o bloqueio de informações imposto pelo governador para os jornais locais. Como os deputados não ocuparam a Casa, eles aproveitaram para fazer assembléia. (O Estado de São Paulo - 18/08/88)

Universidade popular da Zona Leste: a luta não pára

Realizar-se-á, no dia 11 de setembro próximo, sob a coordenação do Movimento Estudantil da Zona Leste, a primeira Assembléia Regional para criação da "Universidade Popular da Zona Leste", no Salão Comunitário São Francisco, situado na rua Miguel Rachid, 977 - Ermelino Matarazzo, em São Paulo.

A importância deste evento é o fortalecimento de uma base popular para que seja instalada, o mais rápido possível, uma universidade na região.

Uma universidade pública na Zona Leste minimizaria sensivelmente alguns problemas enfrentados pelos alunos e principalmente estaria abrindo portas para que as pessoas capacitadas possam desenvolver seu potencial e contribuir para o desenvolvimento de nossa Nação, que vergonhosamente possui um elevadíssimo índice de analfabetismo.

Portanto, nada mais justo do que lutar por um direito que todos têm, de estudar, aprender e crescer. (Notícias de Itaquera - 13/08/88)

Alunos pobres não têm ilusão

Os alunos das escolas estaduais terminam o 2º. grau conscientes de que não serão aprovados nos vestibulares das universidades públicas. Se passarem, sabem que dificilmente poderão conciliar os cursos diurnos ou integrais com o trabalho. A aprovação nas faculdades particulares é um "prêmio de consolação", pois, apesar de oferecer aulas à noite, as instituições cobram caro. Estes são os principais resultados de uma pesquisa feita entre estudantes de São Paulo, pela professora Maria Laura Franco, do departamento de Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em 85, ela entrevistou 955 alunos - 732 da rede pública e 223 da particular. Do total, 573 estudavam à noite, sendo que 493 também trabalhavam. A proporção de alunos no período noturno é maior não só na Capital, mas em todo o Estado. "Eles sofrem uma decepção, pois almejam continuar estudando e sabem que não têm o nível de escolaridade suficiente. Assim, muitas vezes adiam seu ingresso na faculdade, para quando estiverem ganhando melhor", afirma Maria Laura. (O Estado de São Paulo - 17/08/88)

Greve dos professores do Rio resiste às ameaças do Governo

No Rio deve continuar a mais longa greve de professores no estado. Segundo Mário Pinheiro e Florinda Lombardi, diretores do Centro Estadual dos Profissionais do Ensino, os professores não temem as ameaças do governador Moreira Franco que autorizou a Secretaria de Educação a adotar os mecanismos necessários para garantir a volta às aulas, para mais de um milhão de estudantes, que es-

tão sem aulas desde o dia 12 de junho. É possível que a partir da próxima semana a secretaria comece a convocar professores que prestaram concurso mas não foram aprovados.

Mário Pinheiro informa que só na quarta-feira, dia 24 os professores se reúnem para analisar a oferta do governador Moreira Franco, que é de 68% em três vezes. (O Estado de São Paulo - 20/08/88)

Nova proposta não agrada professores

Depois de um dia de passeata e assembleia, representantes do Centro Estadual de Profissionais do Ensino (Cepe) reuniram-se dia 17 com o governador Moreira Franco para discutir a nova proposta de reajuste salarial. Moreira propôs ao funcionalismo reajuste de 68% até o final do ano, independente do crescimento do ICM que continuaria sendo o indexador da política salarial. Este percentual seria parcelado num mínimo de 17% em outubro, 20% em janeiro e mais 20% em fevereiro. A greve dos professores continua, sem a promessa de reposição das aulas, e a categoria fará nova assembleia na próxima quarta-feira.

O Cepe considerou irrisória a proposta de Moreira, alegando que dessa forma o plano do pessoal de apoio, a exemplo das merendeiras,

ficaria defasado. Os reajustes, segundo o presidente do centro, Jailson dos Alves Santos, não projeta os salários para o futuro. Acrescentou que o salário de CZ\$ 20.197, pagos hoje a um funcionário público, passaria apenas a CZ\$ 34 mil, em dezembro, se calculado pela nova proposta. Outro ponto de discórdia entre o Cepe e o governo do estado é o indexador salarial que para o funcionalismo deveria ser o IPC (índice de preços ao consumidor). Contudo, Moreira Franco afirma ser impossível reajustar salários com base no IPC e pagá-los no vencimento deste índice. O governador citou o caso do município que não estava conseguindo pagar os funcionários justamente por ter adotado o IPC. (JB - 18/08/88)

Famerj cobra reposição das aulas perdidas

A reposição das aulas perdidas e os critérios que serão adotados para a avaliação de desempenho dos alunos são as principais preocupações de pais e alunos da rede pública de ensino. A diretora de Educação da Famerj, Vera Lúcia Moderno Viana, afirmou que, apesar de o movimento comunitário dar solidariedade à greve, a Famerj reivindica a reposição das aulas.

Mas a Diretora do Centro Estadual de Profissionais de Ensino (Cepe) Florinda Lombardi reiterou dia 19 a posição da categoria de

não repor as aulas perdidas. Segundo ela, o programa poderá ser reformulado após retorno às aulas. Ela adiantou que, na próxima semana, o Cepe divulgará um documento que servirá de subsídio para discussões entre professores, alunos e pais.

- A população deve entender que a qualidade do ensino não está condicionada ao número de aulas dadas e que é preciso reformular o curso normal porque, por vezes, repudiamos muitos dos conteúdos que ensinamos. (O Globo - 20/08/88)

Juiz acolhe denúncia sobre padre assassinado em Recife há 19 anos

O procurador-geral da Justiça de Pernambuco, Telga Araújo, denunciou dia 18 no Recife (PE) os acusados da morte do padre Henrique, ocorrida há 19 anos, ao juiz Nildo Nery dos Santos, da 1ª Vara do Júri. O juiz acolheu a denúncia e marcou o interrogatório dos acusados para o dia 5 de setembro próximo. Os denunciados - Rivel Gomes da Rocha, Henrique Pereira e José Bartolomeu Filho - podem ser condenados a penas que variam de dois

a 30 anos.

Com o acolhimento da denúncia, o processo do padre Henrique não corre mais o risco de ser prescrito no dia 27 de maio de 1989, quando o assassinato do padre completará 20 anos. Desde 69, o processo foi arquivado quatro vezes. Nenhum dos oito promotores que o tiveram sob sua responsabilidade apresentou denúncia contra os acusados. (FSP - 19/08/88)

D. Hélder prefere fim do caso Pe. Henrique

Faltando menos de um ano para que prescreva o crime de que foi vítima o padre Antônio Henrique Pereira Neto - coordenador da Pastoral da Juventude do Recife, torturado e assassinado em maio de 1969 - o arcebispo emérito (aposentado) de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, de quem o padre era assessor, pediu o arquivamento definitivo do processo. Em entrevista publicada dia 15 pelo jornal Folha de Pernambuco, Dom Hélder argumenta que, "de onde estiver", o padre Henrique já perdoou os criminosos. E disse que não crê mais em punições: "Crimes como o que eliminou o padre Henrique costumam ter executores e mandantes. O mais difícil é encontrar os mandantes". Dom Hélder concedeu a entrevista por escrito e depois viajou para a Bahia, onde orienta um retiro espiritual.

As declarações do ex-arcebispo surgiram dias antes de o procurador-geral da Justiça de Pernambuco, Telga Araújo, oferecer denúncia contra o procurador de Justiça José Bartolomeu Gibson, os agentes de polícia Rivel Gomes da Rocha, Jardo Rodrigues e Benedito Rodrigues e o ex-policia Henrique Pereira Filho, conhecido como X-9, apontados pelo promotor Célio Avelino de Barros, em maio deste ano, como autores do crime.

Bispo reúne candidatos para curso de política

Candidatos de todos os partidos políticos à prefeito, vice e vereador dos nove municípios da Diocese de Barra, interior da Bahia, terão uma oportunidade inédita de se preparar para os cargos que desejam assumir. Trata-se de um curso de três dias que será realizado a partir do dia 11 de setembro, em Barra, com a coordenação do Prof. Evandro Ruiz Costa, secretário do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Sociais do Rio de Janeiro e Dom Itamar Vian, bispo Diocesano. Serão estudados temas como Realidade Nacional, Partidos Po-

líticos, Voto e Política a Serviço da Comunidade. Na carta-convite que Dom Itamar enviou a mais de 500 candidatos afirma ser de "suma importância que pessoas vocacionadas para ação política se apresentem como candidatos. É também dever da Igreja acompanhar todos os cristãos que desejam, através da ação política partidária, construir uma nova sociedade, não baseada em privilégios, mas na justiça e na fraternidade. Por isso, com o único desejo de servir, a Diocese de Barra promove um encontro com todos os candidatos.

Arcebispo recebe novos bispos

Ao som de cânticos religiosos entoados por um pequeno grupo de fiéis do Movimento de Renovação Carismática, e demonstrando pouco conhecimento sobre a crise que envolve o arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho e os movimentos de base, desembarcaram dia 18 no Aeroporto de Guararapes, em Recife, os novos bispos-auxiliares da Arquidiocese de Olinda e Recife, o jesuíta João Evangelista Martins Terra, de 63 anos, e o salesiano

Hilário Moser, de 56.

Nomeados esta semana pelo papa João Paulo II, Dom João e Dom Hilário, cujas datas de sacramento não foram ainda confirmadas, foram a Recife para o primeiro encontro com Dom José Cardoso, que fez questão de convidar, ele próprio, os principais representantes da Igreja conservadora em Pernambuco para receber os dois bispos-auxiliares. (JB - 19/08/88)

Arbitrariedades e violência contra posseiros em Pinheiral

No dia 12 de julho, na Fazenda Reginal, em Pinheiral (RJ), policiais federais e uma tropa de choque da PM mediante uma liminar, que dava reintegração de posse de terra imediata à Escola Agrícola Nilo Peçanha, iniciaram o despejo de 24 famílias de posseiros, dando cobertura para que os funcionários da Escola destruíssem casas, cercas e plantações. Estas posses estão situadas dentro da Fazenda Reginal, pertencente ao Ministério da Agricultura, que cedeu uma parte a Escola. Como esta vinha se conservando improdutiva, os posseiros nela se instalaram, passando a cultivá-la e dela extrair o sustento de suas famílias.

Segundo a lei, o despejo imediato é previsto nos casos em que os supostos proprietários podem comprovar que os posseiros estão, no local há menos de um(1) ano e um(1) dia. O fato é que em Pinheiral este detalhe fundamental foi ignorado e os posseiros nem ao menos foram convocados para explicarem sua situação em juízo. Desta forma, os posseiros, que moram há anos no local, foram surpreendidos pela violenta ação policial. Os diretores

da Escola confirmaram a informação de que desde março o processo de despejo estava sendo encaminhado. Por outro lado, há muito tempo a Delegacia Regional do Mirad-RJ vem pressionando o Ministério da Agricultura, proprietário da Fazenda, no sentido de que ele lhe transfira a propriedade da terra. Como o Distrito de Pinheiral é caracterizado por um grande número de posseiros, teme-se que esta ação de despejo possa ser o início de uma sucessão de expulsões e conflitos.

Neste sentido, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e CPT de Volta Redonda do Estado do Rio de Janeiro, a CUT-Sul Fluminense, o PT de Pinheiral, entre outros, divulgaram nota de denúncia e repúdio à inoperância da lei por parte do juiz, à ação da Diretoria da Escola e à violência da polícia. Ao mesmo tempo, a nota convoca os trabalhadores rurais e habitantes de Pinheiral e das cidades vizinhas para que compareçam à área e se socializem com os posseiros despejados arbitrariamente e injustamente.

Foragido da justiça não quer admitir participação na morte de Gabriel Pimenta

Preso "uns 20 dias", no Pará, como suspeito de co-autoria no assassinato do advogado Gabriel Sales Pimenta, ocorrido em Marabá em julho de 1982, o irmão do governador Newton Cardoso, Manuel Cardoso Neto, o Nelito, revelou que recebeu do "presidente Sarney indenização de 30 e poucos milhões de cruzados, em títulos agrários, há cerca de 60 ou 70 dias", pelas terras cuja disputa motivou a morte do advogado. Gabriel Pimenta, no início de 1982, havia obtido a reintegração de 150 famílias na posse daquelas terras, de onde elas haviam sido expulsas por Nelito e por seu sócio José Pereira da Nóbrega, o Marinheiro.

Na tarde de sábado passado, Nelito esteve durante mais de meia hora, ao lado do presidente Sarney, da primeira-dama, dona Marly, de seu irmão Newton Cardoso, e da cunhada, Maria Lúcia, no palanque armado na praça do distrito de Berizal, a cerca de 750 quilômetros de Belo Horizonte, acenando descontraidamente para a multidão junto com o presidente. Ele, no entanto, negou ter qualquer envolvimento na morte do advogado Gabriel. Disse que foi preso, como suspeito, por "questão política", apesar de admitir que "nem era de mexer com política", na época do crime. (JB - 18/08/99)

Polícia invade sede dos Sem Terra em Imperatriz

Às 15h30min do dia 19 de agosto, efetivos da Polícia Militar, Civil e da própria Polícia Federal, invadiram a sede da Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Imperatriz, Maranhão.

Cerca de 40 policiais, fortemente armados e fazendo ameaças, usaram todo tipo de violência contra as pessoas que se encontravam no local. Além de destruírem e apreenderem livros, jornais, documentos, e revistas do movimento dos sem terra, sem qualquer mandado judicial, ainda levaram presos o funcionário do movimento, Edivaldo Ferreira da Silva e mais seis pessoas que ali se encontravam. Segundo telefonema recebido às 16 horas, alguns policiais foram embora, escoltando os trabalhadores, enquanto os demais permaneciam na secretaria do MST. As linhas telefônicas foram cortadas.

A ocupação da sede aconteceu pouco depois de uma manifestação dos trabalhadores rurais da região em frente ao sindicato da categoria, exigindo a posse da diretoria eleita há dois anos e a retirada da junta interventora, que assumiu a entidade após a eleição. Os trabalhadores rurais já tiveram audiência com o ministro do Trabalho, Almir Paz-zianotto, que considerou justa a retomada do sindicato. Até hoje, porém, os lavradores não conseguiram que a diretoria eleita tomasse posse nem que fossem marcadas novas eleições.

A executiva do MST, ao protestar veementemente contra mais esse ato de arbítrio e prepotência da polícia maranhense contra uma entidade legalmente estabelecida, afirmou que, tais atitudes acontecem porque são escudadas pela ação omissa do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, e do Governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira.

Tomando conhecimento da violência praticada contra o MST do Maranhão, a Comissão Pastoral da Terra - Secretariado Nacional - expediu imediatamente telex e telegrama às autoridades federais e maranhenses, com o texto que se segue:

"Indignados com autoridades do governo V. Sa. no episódio de invasão, hoje, da sede do movimento dos trabalhadores sem terra em Imperatriz. Abusos dessa natureza só são comparáveis à repressão mais brutal do regime militar. Invasões como essas, de dependências de entidades legalmente constituídas, remetem para a insegurança as organizações populares e de apoio aos trabalhadores e atenta contra os direitos da cidadania.

Responsabilizamos os governos Espitácio Cafeteira e José Sarney pela escalada de violência contra os trabalhadores rurais. Considerando as arbitrariedades cometidas contra posseiros no Município de Araguatins-GO, na região do Bico do Papagaio, se configura uma ação articulada de caráter político envolvendo a participação da UDR e latifundiários locais.

Denunciamos à opinião pública uma operação envolvendo pistoleiros ao lado de forças policiais, cujo objeto é terrorizar os trabalhadores rurais e destruir suas organizações com vistas à instalação do novo Estado do Tocantins.

Exigimos providências imediatas das autoridades competentes no sentido de devolver o patrimônio do escritório do movimento dos sem terra de Imperatriz, o respeito à sua integridade e a punição dos responsáveis por essa operação ilegal e arbitrária.

Goiania: 19 de agosto de 1988

(Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT) Goiania, 19/08/88.

Seca no Paraná causa invasão de Prefeitura por bóias-frias

A seca que há dois meses atinge todo o Estado do Paraná vem agravando a situação de produtores rurais e bóias-frias, especialmente na região Noroeste do Estado.

No dia 19, aproximadamente 200 bóias-frias ocuparam a Prefeitura do Município de Tuneiras do Oeste, no noroeste do Paraná. A ocupação, foi motivada "pelo desespero de quem não tem mais o que

comer", segundo Taketoshi Sakurada, 30, chefe de gabinete da prefeitura.

Na cidade, 70% dos 13 mil habitantes são bóias-frias, que trabalham nas culturas de mandioca, algodão, café, milho. Como não chove há dois meses, eles não podem trabalhar nas culturas de mandioca nem no corte da cana-de-açúcar. Em Santo Antônio de Caiuá, bóias-frias ameaçaram invadir casas comerciais. (FSP - 19/08/88)

3ª. Romaria da Terra reúne 15 mil no Rio

Eles procediam de várias partes do Estado do Rio, em ônibus, caminhões-furgões ou carros particulares. Eram mais de 15 mil pessoas, na romaria anual organizada pela Comissão Pastoral da Terra, movimento de apoio aos sem-terra, que dia 21 homenageou os posseiros da fazenda Moura Costa, agora Mutirão Sol da Manhã, no Km 201 da Via Dutra (município de Itaguaí, RJ). Batucaram, tocaram e cantaram cânticos religiosos, suportando calor de mais de 30 graus, fome, sede e poeira.

Essa foi a terceira romaria. A primeira realizou-se em 86, em Pedra Lisa (Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense), e a outra ano passado, em Pinheiral (Piraí, RJ). Líder do Sol da Manhã, Cícero José, um dos mais atuantes manifestantes da romaria, disse que o governo federal só desapropriou 271 hectares (27.100 metros quadrados), beneficiando 72 das 107 famílias do mutirão, e que a luta continua para a desapropriação de mais 231 hectares, para o assentamento das outras famílias.

A romaria

Não compareceram só lavradores: havia padres, pastores, espíritas, moradores de favelas, representantes da Pastoral Negra, do Movimento do Negro, estudantes de agronomia, jornalistas, os bispos Dom Vi-



tal Wildernink (Itaguaí), Dom José Rodrigues (Juazeiro, Ba), Dom Valdir Calheiros (Volta Redonda), os deputados Luis Pais Seles (PT-Angra dos Reis) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), além de representantes de 35 mutirões de todo o estado.

Os 288 ônibus lotados, que transportaram o pessoal ao Jardim Maracanã, com entrada pelo Km 200 da Via Dutra, provocaram pequena retenção de tráfego na rodovia, sentido São Paulo-Rio, e a concentração foi em frente à igreja Nossa Senhora da Conceição, de onde na noite de 7 de setembro de 86 posseiros partiram para ocupar a Moura Costa.

A romaria percorreu o mesmo caminho dos posseiros, cerca de quatro quilômetros de terra de chão, e no trajeto houve quatro paradas para descanso, discursos e orações. Na primeira, discutiu-se a questão do negro; na segunda, a da reforma agrária; na terceira a da união dos oprimidos da cidade e do campo; e na última, no mutirão Sol da Manhã, com almoço e tribuna livre, foram denunciadas violências contra os homens do campo e houve apresen-

tação teatral. Às 16h, celebração ecumênica encerrou a festa.

Fé na vida

Os posseiros construíram um centro comunitário, com escola e posto de saúde; compraram caminhão; e pretendem comprar agora um trator, tudo com a receita das 18 toneladas de quiabo, feijão, aipim, milho, jiló, tomate e pimentão, que colhem mensalmente. A área ocupada era da União, que cedeu o direito de uso à empresa José Mizrahy Ltda, para a instalação da Idma Indústria de Plásticos. A terra, abandonada, foi ocupada por 430 pessoas e no dia 2 de junho o presidente Sarney assinou decreto desapropriando os 271 hectares. A Moura Costa está cercada de projetos agropecuários e de experimentos. Faz divisa com áreas da estação experimental Mário Xavier (Horto Florestal), com a Empresa Brasileira de Projetos Agrícolas (Embrapa) e com a Universidade Federal Rural.

Dom Valdir Calheiros disse que a romaria "é importante para mostrar a coerência na fé de Jesus Cristo, que faz com que a religião seja também motivo de tomada de consciência dos cristãos para os problemas humanos. A religião, se tem sua direção para Deus, não pode esquecer os homens da terra", afirmou. (JB - 22/08/88)